

HABEAS CORPUS Nº 568.171 - RJ (2020/0073105-1)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MARIANGELA BENEDETTO GIUSTI - RJ165552
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : VALDECI ALVES DE SOUZA JUNIOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de VALDECI ALVES DE SOUSA JUNIOR, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Agravos em Execução n. 0178748-85.2019.8.19.0001).

Infere-se dos autos que o Juízo da Vara de Execuções Penais da capital deferiu o pedido de livramento condicional ao paciente.

Irresignada, a acusação interpôs agravo em execução perante o TJ/RJ sustentando a falta de requisito subjetivo por parte do réu, que proveu o recurso, nos termos da ementa:

AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL. CONCESSÃO DE LIVRAMENTO CONDICIONAL. DESCABIMENTO. AUSÊNCIA DE REQUISITO SUBJETIVO. PROVIMENTO DO RECURSO.

A concessão do livramento condicional não obedece apenas aos requisitos objetivos, mas também subjetivos previstos no art. 83, do Código Penal. Não satisfeito o requisito subjetivo para a concessão da liberdade condicional, deve ser a mesma cassada. Recurso provido."

Agora a defesa apresenta o presente *habeas corpus*, sustentando que o juízo da Vara de Execução fundamenta a presença do requisito subjetivo do paciente na TFD. Assegura que o requisito subjetivo é comprovado por atestado de conduta carcerária, firmado pelo diretor do estabelecimento em que se encontra o executado.

Afirma que a exigência de comprovação de proposta de emprego não é prevista como requisito subjetivo para o deferimento do livramento condicional.

Pugna, em liminar, o recolhimento do mandado de prisão do paciente, expedido pela autoridade coatora à Vara de Execuções Penais até o julgamento deste feito e, no mérito, seja reconhecido o direito do paciente ao livramento condicional ante o

Superior Tribunal de Justiça

preenchimento dos requisitos legais, expedindo-se ofício urgente a autoridade coatora para o cumprimento da ordem.

É o relatório. Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

A pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Parquet.

Por tais razões, indefiro o pedido de liminar.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no site do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator